



**ATA DA 21ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO –
2016
(94ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da 21ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 17 de junho de 2016, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios André Vinícius Espírito Santo de Almeida, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão, o Doutor Vitor Wakim Baptista, que representará a OAB/DF nas ausências da Conselheira, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Doutor Alexandre Moraes Pereira, o Senhor Secretário do PJe Doutor Declieux Dias Dantas, o Senhor Coordenador Substituto da Coordenadoria de Projetos e de Sistemas da Primeira Instância Túlio Vieira Lins Parca e a Senhora Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância – CGSIS Doutora Rosely de Paula Menezes. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutor Lizandro Garcia Gomes Filho, tendo indicado para representá-lo nessa reunião, a Senhora Coordenadora da Assessoria da Primeira Vice-Presidência Doutora Anna Karina Campelo Pfeilsticker Rocha; a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito de Turma Recursal Doutora Sandra Reves Vasques Tonussi, Juíza Assistente da Corregedoria; o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor Flávio Augusto Martins Leite; o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/JEC/Brasília Doutor Josmar Gomes de Oliveira; a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do DF Doutora Sandra Aparecida Dohler Ferreira, tendo indicado para representá-la nessa reunião o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Leonel Magalhães. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola iniciou os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 20ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 10 de junho de 2016.** Não houve impugnação e a ata foi declarada aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor relatou que correu tudo a contento, em relação à visita dos magistrados da delegação internacional. Conforme mencionou, os magistrados questionaram se existe retorno do investimento no PJE e na ocasião, foi respondido pelo Senhor Secretário-Geral Substituto que os investimentos estarão pagos em dois anos com o uso do sistema. Em seguida, o Senhor Presidente do Comitê Gestor passou a palavra ao representante da Defensoria Pública do DF Leonel Magalhães que relatou que quando é feita uma citação



envolvendo justificativa para pagamento ou outras questões financeiras, e assim que a parte aqui em Brasília, recebe a comunicação, o sistema fecha automaticamente para resposta ao PJE. As partes têm procurado a Defensoria para fazer a defesa mas o processo está fechado. Neste sentido, postulou que o sistema ficasse aberto para que os defensores possam responder. O Senhor Secretário do PJE informou que há uma regra do PJE para que quando houver a decisão do magistrado, aquela decisão que foi para publicação ficará bloqueada, até que no decorrer do prazo, a parte possa se manifestar. Destacou que seria necessário encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ uma solicitação para alterar essa regra. Após debaterem sobre a possibilidade de integração do PJE, ficou decidido que o Senhor Secretário do PJE destinará um servidor de sua equipe para verificar *in loco* o problema da Defensoria Pública do DF no Fórum Mirabete. Em seguida, passou ao **segundo item da pauta: Projeto de Digitalização.** Na ocasião, foi franqueada a palavra ao Senhor Secretário do PJE Doutor Declieux Dias Dantas que informou que foram digitalizados cinco processos e foi verificado que seria necessário mudar a resolução da digitalização. Noticiou que foi criado o ambiente PJE Digitalização, um ambiente novo no sistema, que abrigará todos os processos em um banco de dados da produção e só será acessível para o público interno. No próximo dia 28/06, haverá a distribuição de cinco processos já digitalizados no 1º Juizado Especial Cível de Ceilândia, para avaliar qual será o impacto, com as partes e advogados. A Senhora Conselheira Hellen Falcão manifestou preocupação em relação a insegurança referente aos processos físicos que passarão a ser eletrônicos. O Senhor Secretário do PJE destacou que serão apenas processos em cumprimento de sentença e que tanto a Diretora quanto a Magistrada terão todo cuidado para cientificar os advogados e partes. Foi esclarecido que o processo físico ficará arquivado na própria vara após a digitalização. A Senhora Conselheira solicitou que seja feita uma notícia sobre essa matéria para garantir a divulgação ao maior número de pessoas. Em seguida, passou ao **terceiro item da pauta: Apresentação do PJE no 2º Grau aos servidores das Câmaras Cíveis.** Na ocasião, o Senhor Secretário do PJE informou que dia 16/06 foi feita a apresentação do PJE de 2º Grau e os Assessores de Desembargadores das Câmaras Cíveis que participaram, foram bastante receptivos à implantação. Esclareceu que serão feitas reuniões semanais para facilitar a adaptação ao sistema. A Senhora Coordenadora da CGSIS informou que estavam presentes os diretores das duas Câmaras e quatro Assessores e que houve bastante receptividade em relação ao sistema apresentado. Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Flávio Fernando sugeriu que no início, seja feita manualmente a sessão e depois seja feita a sessão eletrônica, como uma forma de facilitar essa adaptação inicial e que essa estratégia foi utilizada nas Turmas Recursais quando da implantação do PJE e surtiu bons resultados. Na sequência, passou ao **quarto item da pauta: Assuntos Diversos.** Foi franqueada a palavra ao nobre representante do MPDFT Doutor André Vinícius que questionou sobre a possibilidade de criação de senhas distintas para o ambiente de



produção e de treinamento. Segundo relatou, hoje existe apenas uma senha para ambos o que representa um risco muito grande do sistema direcionar erroneamente ou acontecer um acesso indevido, em virtude da vulnerabilidade do sistema. O Senhor Secretário do PJE informou que seria necessário criar um novo ambiente para isso e no momento, o Tribunal não dispõe de recursos para adquirir novos maquinários, em razão dos cortes orçamentários que foram determinados para o presente exercício. Outro questionamento feito pelo Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT, referiu-se a informações sobre o Sistema Eletrônico de Execução Unificada e foi respondido pelo Senhor Secretário do PJE que esse sistema foi desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná e que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo território nacional. Será gerenciado pelo CNJ e a base de dados ficará dentro do CNJ. Foi esclarecido ainda, que o Sistema Eletrônico de Execução Unificada foi desenvolvido com a funcionalidade de se comunicar com o PJE, o sistema permitirá isso. O Senhor Secretário do PJE noticiou que o MM Juiz de Direito Doutor Gilmar Tadeu Soriano pretende fazer a digitalização dos processos da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal - VEPEMA no início de julho de 2016. A comunicação será por ora, sem o MNI e o acesso será feito com login e senha mas todo ato praticado será com certificado digital. Informou que a Versão 2.0 do PJE, será lançada hoje à noite no CNJ. A Senhora Conselheira da OAB/DF informou que ainda não está divulgando essa informação e que está priorizando a divulgação do lançamento do “pacote de ferramentas” desenvolvido pelo CNJ que facilitará o acesso ao PJE a todos os tribunais e que acredita que essa ferramenta resolverá setenta por cento dos problemas do PJE, para os advogados. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 22ª reunião do Comitê Gestor do PJE, para o dia 24 de junho de 2016, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 14h30min, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

HELLEN FALCÃO



Conselheira da OAB/DF

VITOR WAKIM BAPTISTA

Representante da OAB/DF

LEONEL MAGALHÃES

Defensor Público do DF

ALEXANDRE MORAES PEREIRA

Procurador do DF na Procuradoria Geral do DF

ANNA KARINA CAMPELO PFEILSTICKER ROCHA

Coordenadora da Assessoria da Primeira Vice-Presidência

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do PJE

TULIO VIEIRA LINS PARCA

Coordenador Substituto da Coordenadoria de Projetos e de Sistemas da Primeira Instância - COSIST

ROSELY DE PAULA MENEZES

Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância – CGSIS